

Portugal com ACNUR: saúde mental é “Direito Humano básico”

A 10 de outubro assinalou-se o Dia Mundial da Saúde Mental e o parceiro nacional da Agência da ONU para os Refugiados alertou para o impacto da deslocação forçada na saúde mental das pessoas refugiadas. Existem já 1,3 milhões de pessoas deslocadas a receber apoio psicossocial do ACNUR, mas as necessidades vão muito além deste número, lê-se em comunicado.

Adianta a Portugal com ACNUR que ser forçado a deixar tudo para trás é uma situação dramática que deixa marcas invisíveis, e muitas vezes irreversíveis, na saúde mental de muitos refugiados e requerentes de asilo. Só em 2023, o ACNUR prestou apoio psicossocial e de saúde mental a 1,3 milhões de pessoas, a maioria delas nas regiões da Ásia e Pacífico, no Leste e Corno de África e na Europa.

“A experiência dos refugiados implica frequentemente múltiplas perdas, incluindo a perda de familiares e amigos, a perda de identidade e de pertença e a perda de controlo, autonomia e acesso a recursos”, explica Joana Feliciano, responsável de Marketing e Comunicação da Portugal com ACNUR, em nota de imprensa.

Vários estudos revelam que pelo menos um em cada três requerentes de asilo e pessoas refugiadas apresenta critérios de diagnóstico relacionados com um quadro clínico de depressão, ansiedade e perturbações de stress pós-traumático. Dados mais recentes do ACNUR indicam que, no ano passado, as consultas relativas ao consumo de substâncias, a doenças mentais e/ou neurológicas prestadas a pessoas deslocadas representaram 1,9% de todas as consultas e as principais patologias diagnosticadas foram a epilepsia, a psicose e as perturbações emocionais moderadas/graves. Já entre as crianças, a epilepsia foi a doença do foro mental mais frequentemente diagnosticada.

“É importante não ‘patologizar’ toda a população de refugiados e rotulá-los indiscriminadamente de ‘traumatizados’ ou ‘doentes mentais’. De facto, muitos refugiados demonstram uma resiliência notável e conseguem ultrapassar os desafios emocionais quando lhes são dadas oportunidades e recursos, e muitos levam uma vida saudável e emocionalmente gratificante nas sociedades de acolhimento”, alerta a Portugal com ACNUR, que tem apostado no apoio na área da saúde mental das pessoas deslocadas.

Para o ACNUR, a saúde mental tem de ser prioridade em contexto de emergência, já que o risco de desenvolver uma doença mental tende a aumentar. “Durante as situações de emergência, as pessoas com perturbações mentais graves ou com deficiências intelectuais e de desenvolvimento encontram-se ainda mais vulneráveis perante situações de negligência, abandono, falta de abrigo, abuso sexual ou doméstico, estigma social ou se forem excluídas da assistência humanitária, da educação, das oportunidades de subsistência, dos cuidados de saúde ou de outros serviços”, alerta Joana Feliciano.

Para a responsável de Marketing e Comunicação da Portugal com ACNUR, “a saúde mental em geral, e em particular para as pessoas refugiadas, tem de deixar de ser vista como um luxo e passar a ser entendida como um Direito Humano básico, sendo por isso crucial que esteja integrada em qualquer resposta do ACNUR em contexto de emergência humanitária”.

Uma refugiada do Sudão do Sul avalia o seu estado de espírito através de uma escala pictórica durante uma sessão de aconselhamento psicossocial no campo de refugiados de Bidibidi, no Uganda.
© UNHCR/Rocco Nuri